



Ministério Público Eleitoral
Promotoria Eleitoral da 19ª Zona – Tauá e Parambu

Procedimento Administrativo n. 09.2020.00005474-9

RECOMENDAÇÃO N. 02/2020/P19ªZE

O **Ministério Público Eleitoral**, por intermédio da Promotora Eleitoral infra-assinada, no uso das atribuições constitucionais e legais conferidas pelos artigos 127, *caput*, e 129, II e IX, da Constituição Federal, e pelos artigos 6º, XX e 72, da Lei Complementar n.º 75/93, **RESOLVE** expedir a presente **RECOMENDAÇÃO** aos diretórios municipais dos partidos políticos dos municípios de Tauá e Parambu, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais, nos termos do artigo 127, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o início do período das convenções partidárias (31 de agosto a 16 de setembro – EC 107/2020), bem como a necessidade de os Partidos respeitarem toda a legislação eleitoral, **especialmente a Lei 9.504/97 e as disposições da Resolução TSE n. 23.609/2019, que disciplina os procedimentos de escolha e registro dos candidatos nas eleições 2020;**

CONSIDERANDO que o órgão partidário municipal deve estar devidamente **constituído e registrado no respectivo Tribunal Regional Eleitoral** até a data da convenção (art. 2º, da Resolução TSE n. 23.609/2019);



Ministério Público Eleitoral
Promotoria Eleitoral da 19ª Zona – Tauá e Parambu

CONSIDERANDO que nas Eleições 2020 estão vedadas as coligações proporcionais, ou seja, para vereador, bem como cada partido só pode registrar candidatos até 150% das vagas a preencher (art. 17, § 1º, CF; art. 10, da Lei 9.504/97 e Consulta TSE n. 600805-31/DF);

CONSIDERANDO o disposto no artigo 10, § 3º, da Lei nº 9.504/97, e no artigo 17, § 2º, da Resolução TSE n. 23.609/2019, que determinam que cada partido deve preencher, nas eleições proporcionais, o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada gênero;

CONSIDERANDO que no cálculo do percentual mínimo (30%), de observância obrigatória, o arredondamento de qualquer fração deve ser sempre para cima, nos termos do art. 17, § 3º, da Resolução TSE n. 23.609/2019 (assim, por exemplo, se o Partido lançar um total de 14 candidatos, terá que ter no mínimo 5 mulheres, pois 30% de 14 é igual a 4,2, que deve ser arredondado para 5, e o máximo de 9 homens);

CONSIDERANDO que o cálculo dos percentuais de candidatos para cada gênero terá como base o número de candidaturas efetivamente requeridas pelo partido e deverá ser observada também nos casos de vagas remanescentes ou de substituição, sob pena de indeferimento do pedido de registro do partido - DRAP, e, por consequência, o indeferimento de todos os candidatos a vereador daquele partido (art. 17, §§ 4º e 6º e art. 48, da Resolução TSE n. 23.609/2019);

CONSIDERANDO que a inclusão de candidaturas fictícias ou candidaturas-laranja, apenas para preencher o



Ministério Público Eleitoral
Promotoria Eleitoral da 19ª Zona – Tauá e Parambu

percentual mínimo de 30% exigido em lei, pode caracterizar **crime eleitoral de falsidade ideológica** (art. 350, do Código Eleitoral), bem como abuso do poder político ou fraude eleitoral, que pode **acarretar o indeferimento ou a cassação de todos os candidatos do partido, mesmo que já eleitos**, seja através da **Ação de Investigação Judicial Eleitoral - AIJE** (art. 22, da LC 64/90, quando detectado antes da diplomação), seja através da **Ação de Impugnação de Mandato Eletivo - AIME** (art. 14, § 10, da CF, quando o fato for detectado após a diplomação), conforme vários precedentes do TSE nesse sentido, como, por exemplo, no Recurso Especial Eleitoral nº 19392, de 04/10/2019; na Ação Cautelar nº 060048952, de 12/03/2020 e no Recurso Especial Eleitoral nº 319, de 12/03/2020;

CONSIDERANDO que a **apresentação de candidaturas de servidores públicos, civis ou militares, apenas com o objetivo de usufruir de licença remunerada nos 3 meses anteriores à eleição**, sem que haja o verdadeiro propósito de disputar o pleito e efetiva campanha, com gastos de campanha inexistentes ou irrisórios e votação ínfima, pode caracterizar **crime de falsidade ideológica** (art. 350, do Código Eleitoral) e **ato improbidade administrativa**, acarretando para o agente a obrigação de devolver ao erário o que recebido durante a licença, além das demais sanções previstas na Lei n. 8.429/92 (multa, suspensão dos direitos políticos, perda do cargo, etc.);

CONSIDERANDO que os candidatos devem **preencher todas as condições de elegibilidade** (arts. 9º e 10 da



Ministério Público Eleitoral
Promotoria Eleitoral da 19ª Zona – Tauá e Parambu

Resolução TSE nº 23.609/2019) e **não incidir em nenhuma das causas de inelegibilidade** (arts. 11, 12 e 13 da Resolução TSE nº 23.609/2019);

CONSIDERANDO que as **causas de inelegibilidades previstas na Lei Complementar n. 64/1990, alterada pela Lei Complementar n. 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), serão aplicadas integralmente nas eleições de 2020, pois foram declaradas constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal** (julgamento conjunto das Ações Declaratórias de Constitucionalidade 29 e 30 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.4578 em 16/02/2012), **inclusive para fatos pretéritos e pelo prazo de 8 (oito anos) anos do fato gerador da inelegibilidade previsto em lei**, o que impõe aos Partidos Políticos critérios rigorosos na escolha e indicação de seus candidatos para que, além de preencherem as condições de elegibilidade, não incidam em nenhuma das causas de inelegibilidade;

CONSIDERANDO que a ata das convenções partidárias deve obedecer aos **requisitos e procedimentos formais** previstos no art. 6º, § 3º ao 9º e no art. 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019;

CONSIDERANDO que a **ausência de comprovante de escolaridade** exigido para o registro de candidatura poderá ser **suprida pela apresentação da Carteira Nacional de Habilitação (Súmula TSE n. 55) ou por declaração de próprio punho do candidato**, nos termos do art. 27, § 5º e § 6º, da Resolução TSE nº 23.609/2019, a qual **deve ser manuscrita pelo interessado, em ambiente individual e reservado, na**



Ministério Público Eleitoral
Promotoria Eleitoral da 19ª Zona – Tauá e Parambu

presença de servidor de qualquer Cartório Eleitoral do território da circunscrição em que o candidato disputa o cargo, sob pena de responder pelo crime previsto no art. 353, do Código Eleitoral e indeferimento do registro de candidatura;

CONSIDERANDO que eventuais **certidões criminais positivas** de candidato devem ser **acompanhadas de certidões de objeto e pé atualizadas de cada um dos processos indicados, bem como das certidões de execuções criminais, quando for o caso**, nos termos do art. 27, § 7º, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

CONSIDERANDO que o RCC já deve ser apresentado com a **prova da desincompatibilização**, se for o caso, para os candidatos que a lei exige o afastamento prévio, conforme exige o art. 27, V, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

CONSIDERANDO o prazo exíguo entre o final das convenções (**dia 16 de setembro**) e o registro de candidaturas (**dia 26 de setembro**), bem como que o pedido de registro perante a Justiça Eleitoral **deverá ser apresentado somente em meio digital gerado pelo Sistema CANDex, com transmissão pela internet, até o dia anterior ou com entrega em mídia à Justiça Eleitoral, até as 19h do dia 26/09, instruídos eletronicamente com vários documentos exigidos pela legislação** (ver arts. 18 a 30 da Resolução TSE n. 23.609/2019);

CONSIDERANDO que os formulários de DRAP e RRC gerados pelo sistema CANDex e enviados eletronicamente à



Ministério Público Eleitoral
Promotoria Eleitoral da 19ª Zona – Tauá e Parambu

Justiça Eleitoral, juntamente aos documentos que os instruem, devem ser impressos e assinados pelos responsáveis. Ademais, os formulários e documentos **devem ficar sob a guarda dos respectivos partidos políticos ou coligações** até o término do prazo decadencial para propositura das ações eleitorais. Permanecendo a obrigação em caso de ajuizamento de ação que verse sobre a validade do DRAP, a veracidade das candidaturas ou outros fatos havidos na convenção partidária, até o respectivo trânsito em julgado. Podendo, inclusive, **serem requisitados à exibição pela Justiça Eleitoral para conferência da veracidade das informações lançadas** (art. 19, § 2º c/c art. 20, caput e §§ 1º ao 4º, da Resolução TSE n. 23.610/2019)

CONSIDERANDO que, mesmo escolhidos em convenção partidária, **a propaganda eleitoral dos candidatos só é permitida após 26 de setembro de 2020**, nos termos do art. 1º, § 1º, IV, da EC 107/2020, e **forma** da Resolução TSE n. 23.610/2019, bem como **a arrecadação e gastos de campanha só são permitidos após o cumprimento dos pré-requisitos dos arts. 3º, 8º, 9º e 36 da Resolução TSE n. 23.607/2019**, sob pena de multas eleitorais, cassação do registro ou do diploma, se eleito;

CONSIDERANDO que o TRE-CE, em algumas decisões, já enfatizou os limites finalísticos da programação das convenções partidárias, as quais não podem ser conduzidas como um evento destinado ao corpo eleitoral;

CONSIDERANDO que, em razão da atual **pandemia de COVID-19**, o TSE considerou lícita a realização de



Ministério Público Eleitoral
Promotoria Eleitoral da 19ª Zona – Tauá e Parambu

convenções partidárias por meio virtual, bem como regulamentou a situação na Resolução TSE n. 23.623/2020, o que restou positivado na EC 107/2020, art. 1º, § 3º, III;

CONSIDERANDO que se encontra atualmente em vigor o Decreto n. 33.730/2020, que mantém as medidas de isolamento social até 06 de setembro de 2020 em todo o Estado do Ceará e, com relação às atividades dos Municípios da Região de Saúde Sertão Central, que ingressa na Fase 4 do Processo de Abertura Responsável das Atividades Econômicas e Comportamentais do Estado do Ceará, prevendo, expressamente em seu art. 9º, §4º:

VII - a prestação de serviços voltada exclusivamente ao planejamento da organização de eventos, observado o limite da capacidade de atendimento presencial, o percentual de funcionários em trabalho simultâneo, bem como todas as medidas sanitárias específicas para o setor, vedada, em todo caso, a realização de eventos de qualquer natureza;

CONSIDERANDO que a realização de convenções partidárias até o dia 6 de setembro deverá necessariamente - em qualquer que seja a circunscrição eleitoral - seguir o modelo virtual indicado pela Res. TSE nº 23.623/2020. Caso contrário, ante a iminência da configuração de ato político-eleitoral irregular, caberá a sua inibição - preventiva ou incidental - por requerimento administrativo direcionado ao juízo responsável pela fiscalização da



Ministério Público Eleitoral
Promotoria Eleitoral da 19ª Zona – Tauá e Parambu

propaganda eleitoral, sem prejuízo da apuração de eventuais fatos irregulares nas demais esferas jurídicas, a teor do art. 268 do CP e da Lei nº 8.492/92;

CONSIDERANDO que do dia 7 de setembro ao dia 13 de setembro de 2020, a realização de convenções partidárias presenciais só será possível em relação aos municípios da “Região de Saúde de Fortaleza”, e desde que novo decreto de transição seja editado para permitir a ocorrência de eventos – com um número máximo de pessoas menor que 100 (cem) – antes do dia 14 de setembro. Logo, em não havendo tal norma infralegal intermediária, restará vedada a aglomeração para fins político-partidários em todos os municípios do Estado do Ceará;

CONSIDERANDO que partir do dia 14 de setembro, consoante os arts. 4º, 5º e 6º do Decreto nº 33.730/2020 e a Tabela I do seu Anexo II, poderão ser realizadas convenções partidárias presenciais, com o limite inflexível de 100 (cem) pessoas e com o respeito às regras sanitárias, como o distanciamento entre os participantes, o uso de máscara e a disponibilização de álcool em gel, nos municípios integrantes da “Região de Saúde de Fortaleza” (e nos demais aos quais eventualmente essa possibilidade venha a ser estendida por futuro decreto governamental), sendo que no restante dos municípios, salvo disciplinamento de regra de transição, permanecerá vedada a promoção de convenções partidárias presenciais a implicar qualquer aglomeração relevante;



Ministério Público Eleitoral
Promotoria Eleitoral da 19ª Zona – Tauá e Parambu

CONSIDERANDO que o **Ministério Público Eleitoral**, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, **pode e deve atuar preventivamente**, contribuindo para evitar atos viciosos nas eleições e o tumulto do processo eleitoral, especialmente no processo de escolha e registro de candidaturas por Partidos e Coligações;

RESOLVE RECOMENDAR AOS DIRETÓRIOS MUNICIPAIS DOS PARTIDOS POLÍTICOS NOS MUNICÍPIOS DE TAUÁ E PARAMBU que, **sem prejuízo de observar toda a legislação eleitoral:**

1. Verifiquem, antes da convenção, se o órgão de direção partidária municipal está **devidamente constituído e regularizado no respectivo Tribunal Regional Eleitoral**, conforme exige o art. 2º, da Resolução TSE n. 23.609/2019. Em regra, a consulta está disponível no site do respectivo Tribunal Regional Eleitoral, na aba “Partidos”; ou em contato com mesmo Tribunal;
2. Diante da vedação das coligações proporcionais, **escolham em convenção candidatos até o máximo de 150% das vagas a preencher**, nos termos do art. 17, § 1º, CF; do art. 10, da Lei 9.504/97 e da Consulta TSE n. 600805- 31/DF;
3. Observem o preenchimento de no **mínimo 30% e o máximo de 70%** para candidaturas de cada gênero, **mantendo estas porcentagens durante todo o processo eleitoral, mesmo no caso de preenchimento de vagas remanescentes ou de substituições**, sob pena de indeferimento ou cassação de



Ministério Público Eleitoral
Promotoria Eleitoral da 19ª Zona – Tauá e Parambu

- todos os candidatos do respectivo partido, conforme artigo 17, §§ 2º ao 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019;
4. Formem suas listas de candidatos a Vereador com no **mínimo 30% do sexo minoritário**, calculando esse percentual **sobre o número total de candidatos efetivamente levados a registro e arredondando qualquer fração sempre para cima**, conforme artigo 17, §§ 2º ao 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019;
 5. Não admitam a escolha e registro, na lista de candidatos a Vereador, de **candidaturas fictícias ou candidaturas-laranja**, ou seja, de pessoas que não disputarão efetivamente a eleição, não farão campanha e não buscarão os votos dos eleitores, especialmente **para o preenchimento do mínimo de 30% da cota de gênero**, sob pena de indeferimento ou cassação de todos os candidatos do respectivo partido, que pode ser **objeto de ação judicial antes ou depois da diplomação** (AIJE ou AIME), bem como caracterização de crime eleitoral;
 6. Não admitam a escolha e registro, na lista de candidatos a Vereador, de **candidaturas de servidores públicos, civis ou militares, apenas com o objetivo de usufruir de licença remunerada nos 3 meses anteriores à eleição**, sem que haja o verdadeiro propósito de disputar o pleito e efetiva campanha, com gastos de campanha inexistentes ou irrisórios e votação ínfima, sob pena de caracterização **crime de crime eleitoral e ato improbidade administrativa**;



Ministério Público Eleitoral
Promotoria Eleitoral da 19ª Zona – Tauá e Parambu

7. Só escolham em convenção candidatos que preenchem todas as **condições de elegibilidade** (arts. 9º e 10 da Resolução TSE nº 23.609/2019) e **não incidam em nenhuma das causas de inelegibilidade** (arts. 11, 12 e 13 da Resolução TSE nº 23.609/2019), notadamente aquelas previstas no art. 14, § 4º ao 8º, da Constituição Federal, e todas as hipóteses previstas na Lei Complementar n. 64/1990, alterada pela Lei Complementar n. 135/2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa;
8. Observem os requisitos e procedimentos legais referentes à **ata das convenções partidárias**, especialmente os previstos no art. 6º, § 3º ao 9º e no art. 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019, inclusive a necessidade de transmissão ou entrega em mídia do arquivo da ata gerado pelo CANDex à Justiça Eleitoral **no dia seguinte da convenção**;
9. Acompanhem e fiscalizem para que, **na ausência de comprovante de escolaridade exigido para o registro de candidatura**, o respectivo candidato supra a falta **pela apresentação da Carteira Nacional de Habilitação (Súmula TSE n. 55) ou por uma declaração de próprio punho**, nos termos do art. 27, § 5º e § 6º, da Resolução TSE nº 23.609/2019, a qual **deve ser manuscrita pelo interessado, em ambiente individual e reservado, na presença de servidor de qualquer Cartório Eleitoral do território da circunscrição em que o candidato disputa o cargo**, sob pena de responder por crime eleitoral e indeferimento do registro da candidatura;



Ministério Público Eleitoral
Promotoria Eleitoral da 19ª Zona – Tauá e Parambu

10. Caso alguma **certidão criminal de candidato for positiva**, já juntar ao respectivo RRC a **certidões de objeto e pé atualizadas de cada um dos processos indicados, bem como das certidões de execuções criminais, quando for o caso**, nos termos do art. 27, § 7º, da Resolução TSE nº 23.609/2019;
11. Caso algum candidato, por exigência legal, tenha que se desincompatibilizar, já juntar ao respectivo RRC a **prova da desincompatibilização**, com fulcro art. 27, V, da Resolução TSE nº 23.609/2019;
12. Diante do exíguo prazo entre o fim das convenções e o registro de candidatura, providenciem **com antecedência toda a documentação necessária para preencher e instruir o DRAP e o RRC** (arts. 18 a 30 da Resolução TSE n. 23.609/2019). Quanto ao **DRAP do partido**, merece destaque os arts. 22 e 23, da Resolução TSE n. 23.609/2019, e quanto ao **RRC dos candidatos**, os arts. 24 a 27, da mesma Resolução, que contem um rol de informações e documentos que serão necessários;
13. **Mantenham sob a guarda do Partido ou Coligação** os formulários de DRAP e RCC gerados pelo sistema CANDex e enviados eletronicamente à Justiça Eleitoral, juntamente com os documentos que os instruem, os quais devem ser impressos e assinados pelos responsáveis e guardados até o término do prazo decadencial para propositura das ações eleitorais. Permanecendo a obrigação em caso de ajuizamento de ação que verse sobre a validade do DRAP, a veracidade das candidaturas



Ministério Público Eleitoral
Promotoria Eleitoral da 19ª Zona – Tauá e Parambu

ou outros fatos havidos na convenção partidária, até o respectivo trânsito em julgado. Inclusive, para **serem exibidos caso sejam requisitados pela Justiça Eleitoral para conferência da veracidade das informações lançadas** (art. 19, § 2º c/c art. 20, caput e §§ 1º ao 4º, da Resolução TSE n. 23.610/2019);

14. Orientem e fiscalizem para que os candidatos, mesmo após escolhidos em convenção partidária, **só realizem propaganda eleitoral a partir de 27 de setembro de 2020 (EC 107/2020), nos termos e forma da Resolução TSE n. 23.610/2019, bem como só façam arrecadação e gastos de campanha após o cumprimento dos pré-requisitos dos arts. 3º, 8º, 9º e 36 da Resolução TSE n. 23.607/2019**, sob pena de multas eleitorais, cassação do registro ou do diploma, se eleito;
15. Evitem deixar para os últimos dias o protocolo dos DRAPs e dos RRCs, evitando assim riscos e facilitando o julgamento dos pedidos de registro pela Justiça Eleitoral.
16. Que durante as convenções partidárias não se empreendam meios ostensivos ou onerosos de persuasão eleitoral pública **a denotar a finalidade precípua de conversão do evento intrapartidário em um veículo de propaganda eleitoral;**
17. Em razão da atual pandemia de COVID-19, para evitar aglomerações, **realizem preferencialmente convenções virtuais**, bem como observem as diretrizes para sua



Ministério Público Eleitoral
Promotoria Eleitoral da 19ª Zona – Tauá e Parambu

realização fixadas pelo Grupo de Trabalho do TSE
(Resolução TSE n. 23.623/2020);

18. Caso optem pela realização da Convenção Presencial, obedeçam estritamente a legislação eleitoral e as condições sanitárias estabelecidas nos Decretos Estaduais e Municipais, de acordo com a fase de retomada em que se encontram os Municípios de Tauá e Parambu, buscando, junto às autoridades sanitárias, as medidas necessárias para realização de qualquer evento;
19. Que obedeçam o que determina o Decreto n. 33.730/2020, que veda a ocorrência de evento de qualquer natureza até o dia 06 de setembro de 2020 na Região de Saúde do Sertão Central (onde estão inseridos os Municípios de Tauá e Parambu), bem como as determinações dos Decretos Subsequentes;

RESOLVE RECOMENDAR ÀS PREFEITURAS DE TAUÁ E PARAMBU, através de suas Secretarias e Vigilância Sanitária:

1. Que fiscalizem, com relação à realização de Convenções e qualquer evento político partidário, seja em espaços públicos ou privados, o **estrito cumprimento do Decreto Estadual n. 33.730/2020, que veda a realização de eventos de qualquer natureza até o dia 06 de setembro de 2020**, observando o que será determinado nas próximas semanas quanto aos eventos;
2. Que, caso seja permitida, em Decretos futuros (depois do dia 06 de setembro de 2020) a realização de eventos, que



Ministério Público Eleitoral
Promotoria Eleitoral da 19ª Zona – Tauá e Parambu

sejam estabelecidas as condições e regras sanitárias para sua realização;

3. Que realizem a devida fiscalização, tomando as providências administrativas e, informando, em caso de descumprimento, ao Ministério Público Eleitoral e ao Promotor em atuação nas referidas Comarcas com atribuição na Saúde Pública.

Advirta-se que o descumprimento da presente Recomendação acarretará a responsabilização civil, administrativa e criminal dos responsáveis omissos, nos termos da legislação supracitada.

Além disso, o Ministério Público Eleitoral **REQUISITA** que os Diretórios Municipais dos Partidos informem a esta Promotoria, no prazo de até 5 (cinco) dias depois da respectiva convenção partidária: **a)** o nome completo das candidatas que compõem o percentual mínimo de 30% da cota de gênero; **b)** o nome completo de eventuais servidores públicos, civis ou militares, que serão candidatos pelo partido. A resposta deve ser enviada no seguinte e-mail **19ze.taua@mpce.mp.br**.

Por fim, para ciência e divulgação, dado o interesse público das informações aqui veiculadas, determino o envio de cópia desta Recomendação, inclusive por meio e-mail, se necessário: **a)** aos diretórios municipais dos partidos políticos dos municípios de Tauá e Parambu; **b)** ao Juiz Eleitoral desta Zona Eleitoral; **c)** ao Presidente da



Ministério Público Eleitoral
Promotoria Eleitoral da 19ª Zona – Tauá e Parambu

OAB local; **d)** às Câmaras de Vereadores de Tauá e Parambu, e
e) às Prefeituras Municipais de Tauá e Parambu.

Publique-se, também, no Diário Oficial Eletrônico do MP e realize a remessa ao Centro de Apoio Operacional Eleitoral – CAOPEL.

Tauá, 04 de setembro de 2020.

Karina Mota Correia
KARINA MOTA CORREIA
Promotora de Justiça